



## CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO

CNPJ: 01.612.529/0001-29

Av. Tancredo Neves – s/n- Centro – Amapá do Maranhão

COMISSÃO PROCESSANTE

### EDITAL DE PUBLICAÇÃO NÚMERO 02

A Comissão Processante da Câmara Municipal de Amapá do Maranhão, Maranhão, em cumprimento ao disposto no Artigo 5º, III do Decreto 201/67 com referência a ampla publicidade em Edital quando o denunciado não estiver no Município vem a público informar que, encontra-se afixado no mural da Câmara Municipal e no SITE da Câmara Municipal (Órgão Oficial) a NOTIFICAÇÃO .

#### MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

A Exma Sra. TATIANE MAIA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de AMAPÁ DO MARANHÃO/MA

A presidente da Comissão Processante nº 003/2018, designado pela Resolução nº.002/2018 do Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a Instauração do Processo de Cassação de Mandato, originado da denúncia recebida pelo plenário da Câmara Municipal (ATA em anexo), NOTIFICA vossa Excelência, conforme disposto no Inciso III do Art.5º do Decreto 201/67, para que no prazo de 10( dez) dias apresente DEFESA PRÉVIA, por escrito, indique provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez).

Fica também notificado para acompanhar, na condição de denunciado, toda a instrução do processo de Cassação que lhe é movido podendo se fazer assistir o advogado legalmente constituído.

A denúncia que especifica sua responsabilidade, e bem como os demais documentos que a instruem, segue anexa.

Amapá do Maranhão, Maranhão, 27 de abril de 2018

\_\_\_\_\_  
Arlete Pacheco Teixeira

Presidente da Comissão Processante

RECIBO

Recebi em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

.....

Amapá do Maranhão, Maranhão, 07 de maio de 2018.

Este Edital foi publicada em 07/05/2018 por afixação no vestibulo da Câmara Municipal de Amapá do Maranhão, Maranhão, em local de amplo e fácil acesso ao público (Constituição do Estado do Maranhão, art. 147, inc. Ix); (stj – 1ª turma – resp nº 105.232/ce – rel. Min. Garcia vieira – j. 15/09/97 – ac. Um. – dju de 20.10.97, seção 1, p. 52977).